OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº600
21 de outubro a 4 de novembro
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional



TIRAR DOS RICOS PRA COMBATER A FOME, POBREZA E DESEMPREGO

CAPITALISMO PRODUZ FOME E DESEMPREGO

Aprofundamento da crise pode gerar mais 1 bilhão de famintos no mundo. No Brasil mais de 15 milhões passam fome. Enquanto fortuna dos bilionários no mundo é de 10 trilhões.

IMPEDIR A BOIADA

Marco temporal é ataque histórico contra indígenas

Página 4

EUA

Lutamos contra Trump, mas não votamos em Biden

Páginas 6

MULHERES

Caso Robinho escancara cultura do estupro e machismo

Página 7

PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



Falou Besteira



“Infelizmente existe esse movimento feminista”

Robinho, jogador condenado por estupro de uma jovem na Itália acusando feministas pela repercussão do caso que levou o Santos a suspender seu contrato.

TRÊS VEZES MAIS

Inflação é mais alta entre os pobres



A taxa de inflação de famílias com renda muito mais baixa chegou a ser três vezes superior à observada entre as classes com renda alta. A constatação é do Indicador de Inflação por Faixa de Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado no dia 14 de outubro. As famílias com renda muito baixa são aquelas com rendimento domiciliar mensal inferior a R$ 1.650,00. Já as famílias com renda alta são aquelas com rendimento superior a R$ 16.509,66 por mês. A inflação foi maior entre as pessoas com renda muito baixa principalmente por causa da alta de preços dos alimentos, que responderam por 75% da taxa de inflação de setembro. Entre os alimentos que mais influenciaram essa alta, estão o arroz (alta de 41% no ano), feijão (34%), o leite (30%) e o óleo de soja (51%).

EFEITO BOLSONARO

Pandemia é pior onde Bolsonaro teve mais apoio



Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro apontou que os números da pandemia são piores onde Jair Bolsonaro teve mais apoio. Para cada dez pontos percentuais a mais que Bolsonaro teve no primeiro turno das eleições de 2018, a cidade teria 11% mais casos de coronavírus e 12% mais mortes. Outro estudo da FGV, USP e UFAbc concluiu ainda que em praticamente todas as ocasiões em que o presidente minimizou a pandemia a taxa de isolamento social no Brasil diminuiu e mais pessoas se contaminaram e morreram proporcionalmente nos municípios em que Bolsonaro obteve uma melhor votação. Desde o início da pandemia, Bolsonaro minimiza os efeitos do que chama de “gripezinha”. Chama quem fica em casa de covarde, promove aglomerações e não usa máscara. O resultado é que o país caminha para mais de 200 mil mortes até o fim do ano.

SOCIALISTA **Expediente**

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**
Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta
(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Tirar dinheiro dos ricos para combater a fome e o desemprego



A menos de um mês das eleições municipais, Bolsonaro, Congresso e atuais governadores, prefeitos e vereadores tramam para, no dia de seguinte ao pleito, esfolar ainda mais os de baixo para assegurar os lucros de um punhado de capitalistas bilionários. Basta dizer que, junto com o desemprego, o arrocho dos salários, a carestia, os mais de 155 mil mortos pela COVID-19, o governo cortou para R$ 300 os parcos R$ 600 da ajuda emergencial e anunciou seu fim para dezembro, condenando milhões à fome.

Já o senador flagrado com R$ 30 mil na cueca é apenas mais um dos larápios desse governo e desse Congresso, que vota para dar bilhões aos banqueiros e isenções às multinacionais, aos ruralistas e às grandes empresas, e que faz leis para que bilionários não paguem impostos. São os mesmos que votam para acabar com as aposentadorias e com os direitos trabalhistas.

Embaixo, ocorrem um sem número de mobilizações e greves contra demissões, privatizações e retirada de direitos. Professores, com apoio de pais e da comunidade, resistem contra a ampliação do genocídio com a volta às aulas. Indígenas, camponeses pobres e quilombolas lutam em defesa do meio ambiente e contra o marco temporal. A juventude pobre e negra da periferia resiste à violência policial.

Precisamos fazer avançar a unificação das lutas e a defesa de que os ricos paguem pela crise. É preciso tirar dinheiro dos ricos para impedir a fome, gerar empregos e garantir salário. Precisamos de um projeto dos trabalhadores. Precisamos construir uma alternativa socialista e revolucionária.

Voto útil é no PSTU

Nessas eleições, o PSTU se apresenta defendendo a necessidade de construir uma alternativa revolucionária e socialista para as nossas cidades e o nosso país.

Queremos votos que fortaleçam a luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. Dizemos aos trabalhadores que precisamos mudar as cidades, mas também os estados e o Brasil. Precisamos colocar para fora Bolsonaro e Mourão para impedir que continuemos pagando a conta desta crise.

Para além de tirar o governo é preciso acabar com o controle que os bancos, as multinacionais, as grandes empresas nacionais e o agronegócio têm sobre o nosso país. O Brasil é um país muito rico, mas os trabalhadores e a enorme maioria do povo são pobres. Porque um punhado de bilionários se apropriam de todos os recursos e da riqueza produzida pelo povo.

Mas sem acabar com a exploração capitalista e a dominação dos monopólios internacionais, não tem como resolver os problemas do emprego, dos salários, dos direitos, da aposentadoria, da moradia, da saúde, da educação, da terra, do meio ambiente e do crédito ao pequeno negócio e pequeno produtor.

Temos que mudar completamente o nosso país, acabar com o sistema capitalista e construir um novo tipo de sociedade, socialista. Isso só será possível se construirmos um governo socialista dos trabalhadores e do povo pobre, que funcione através de conselhos populares.

Por isso, criticamos as alternativas como o PT, o PCdoB ou o PSOL, que se propõem governar a sociedade capitalista, junto com banqueiros e grandes empresários.

Para mudar pra valer a nossa realidade precisamos de uma revolução socialista que coloque os trabalhadores e o povo pobre no poder. Mas podemos e devemos utilizar as eleições para votar e eleger candidatos socialistas e revolucionários; que ocupem espaços nas trincheiras do inimigo, e possam auxiliar a nossa mobilização, nossa luta, e organização.

Um mandato revolucionário e socialista precisa utilizar o parlamento, as municipalidades ou qualquer instituição burguesa, como um ponto de apoio secundário para ajudar a alavancar a luta, a consciência e a organização da nossa classe.

Na história do movimento operário mundial já existiram parlamentares revolucionários que, muito diferente do PT, PCdoB ou PSOL fizeram dos seus mandatos um valioso ponto de apoio para a luta contra o sistema capitalista. Uma caixa de ressonância de denúncia do sistema, das falcatruas da burguesia e dos seus representantes, a serviço das lutas, do avanço da consciência e da organização da classe trabalhadora. Foram mandatos utilizados para fortalecer as trincheiras e a luta direta da classe trabalhadora e para botar desordem nas trincheiras da burguesia, para debilitar suas instituições e abrir caminho para o poder dos trabalhadores.

Por isso, nessas eleições, todo operário, todo trabalhador e trabalhadora com consciência de classe precisa defender um projeto que fortaleça e esteja a serviço das lutas imediatas da classe, em estreita conexão com o objetivo de avançar na mobilização e organização dos de baixo no caminho da construção de uma nova sociedade.

Nestas eleições, útil é votar e fazer campanha pelos candidatos do PSTU, participando das lutas de hoje, preparando as de amanhã, organizando as nossas forças para mudar de vez tudo que está aí. Cada voto nos candidatos do PSTU fortalece esse projeto.

Precisamos que você venha ajudar a gente nessa campanha.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/2HHPDK5

REPORTAGEM

Metalúrgicos realizam greves e mobilizações em defesa dos empregos e dos direitos

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

Os metalúrgicos do Vale do Paraíba (SP), organizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SP), filiado à CSP-Conlutas, estão travando uma forte luta em defesa dos empregos e dos direitos. O movimento teve início no começo da pandemia, quando o sindicato fez uma em defesa da vida dos trabalhadores, que se concretizou numa greve geral em março com a participação de 86% da categoria. Os empresários têm aproveitado a pandemia para alegar crise econômica e, assim, impor demissões.

"Durante a pandemia, Bolsonaro editou medidas provisórias e projetos de lei dizendo que garantiria emprego. Na verdade, protegeram os empresários e nãos os empregos. Tanto é assim que batemos recorde de desemprego no país. Nesse cenário, é muito importante o processo de luta e de mobilização que está acontecendo aqui", afirma Weller Gonçalves, militante do PSTU e presidente do Sindmetal SJC e Região.

Neste momento, três grandes e importantes empresas de São José dos Campos e Região estão em processo de greve e mobilização: Embraer, Johnson Controls-Hitachi e MWL Brasil.

EMBRAER: LUTA CONTRA DEMISSÕES

Desde o início de setembro, quando a Embraer anunciou a demissão de 2.500 operários, os demitidos seguem mobilizados pelo cancelamento da medida. Já foram realizadas duas manifestações em frente à prefeitura de São José dos Campos; uma manifestação em São Paulo, em frente à sede da Fiesp; e uma caravana a Brasília para cobrar do governo Bolsonaro a manutenção dos empregos.

"João Doria e Bolsonaro ainda não tiveram qualquer iniciativa para pressionar a empresa para que reverta as dispensas. A Embraer recebeu R$ 52 bilhões do BNDES, um banco público. Empresa que recebe dinheiro do povo não pode demitir", diz Weller.

No último dia 29, aconteceu uma audiência de conciliação entre a empresa e o sindicato, mas terminou sem acordo. A direção da Embraer permaneceu inflexível e não aceitou nenhuma das propostas apresentadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª região. Ao final da audiência, o TRT deferiu liminar que garante aos demitidos a extensão do vale-alimentação e do plano de saúde até junho de 2021. A Embraer é obrigada a cumprir a decisão imediatamente.

Para o sindicato, a decisão é insuficiente. "A decisão liminar é insuficiente, pois não garante o sustento de milhares de trabalhadores jogados no olho da rua pela ganância da Embraer. A empresa não precisava demitir ninguém, recebeu milhões de reais de dinheiro público e ainda mantém para alguns magnatas salários astronômicos que ultrapassam R$ 1 milhão ao mês", avalia o diretor do sindicato Herbert Claros.

A mobilização segue. Uma comissão de trabalhadores demitidos da Embraer está procurando os candidatos a prefeito de São José dos Campos para que firmem um compromisso contra as 2.500 demissões. A comissão de trabalhadores também está procurando parlamentares para cobrar uma ação mais firme contra a demissão.

Para garantir os empregos e a soberania nacional, o sindicato defende que a Embraer volte a ser uma empresa 100% estatal. A entidade já alertava sobre os riscos aos empregos gerados pelo acordo fracassado com a Boeing. Para que os trabalhadores não fiquem à mercê dos acionistas, é necessário transformar a Embraer novamente em empresa pública.

DEMISSÕES SÃO ANULADAS NA JC HITACHI

Outra empresa que demitiu em meio à pandemia foi a JC Hitachi. Cerca de 20% dos trabalhadores da fábrica foram demitidos. "A categoria trabalhou aos sábados, domingos e feriados para atender a demanda. O retorno da empresa foi a demissão de mais de 40 pais de família. Mas, junto com o sindicato, fomos à luta. Realizamos protestos, montamos um acampamento dos demitidos em frente à fábrica, foi um processo de mobilização diário, o que garantiu a vitória e revertermos as demissões. A justiça determinou a reintegração de todos os trabalhadores. Uma vitória muito grande", afirma Helves Tavares, delegado sindical na JC Hitachi.

Weller disse que a JC Hitachi simplesmente demitiu sem chamar negociação com o sindicato: "Foi logo impondo a demissão em massa". Também explica que a luta é um exemplo para todos os trabalhadores. "Essa importante vitória dá exemplo à nossa e às demais categorias, bem como, serve de exemplos aos patrões, pois não vamos aceitar demissões", afirma.

OPERÁRIOS DA MWL FAZEM GREVE CONTRA O FECHAMENTO DA FÁBRICA

Em Caçapava (SP), os operários da MWL estão em greve desde o dia 21 de setembro. A fábrica tem uma dívida de cerca de R$ 11 milhões em aluguéis atrasados e enfrenta uma ordem de despejo. Os trabalhadores estão preocupados que ela feche a porta, demita todo mundo e não garanta sequer o pagamento das verbas rescisórias.







"Se a fábrica fecha as portas, serão centenas de demissões. A empresa está mal intencionada com os trabalhadores. Se ela for despejada, como ficam nossas verbas rescisórias? Exigimos um acordo com a empresa que garanta os empregos", pontua Francisco Vieira Neto, o Chicão, ativista sindical na MWL.

No dia 8 de outubro, os operários ocuparam a fábrica, o que forçou uma reunião com representantes da empresa na qual os trabalhadores exigiram garantias de que os empregos e os direitos serão preservados. Após a ocupação, que foi encerrada às 11h, em assembleia os operários decidiram manter a greve.

"A ocupação foi um ato legítimo e forçou o diretor-presidente a nos atender. Vamos seguir com a greve e as mobilizações. Já realizamos passeata e protestos em frente à prefeitura, em frente à câmara de vereadores, estamos em mobilização permanente. Não vamos voltar a trabalhar nessa situação", conclui Chicão.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/37WVAEB

INDÍGENAS

Marco Temporal: o maior ataque recente contra povos indígenas

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Nos próximos dias, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará a demarcação das terras indígenas do povo Xokleng, em Santa Catarina. O início do julgamento está marcado para o dia 28 de outubro e abrirá jurisprudência. Sendo assim, o que for decidido relativo ao povo Xokleng vai estender-se aos demais casos que envolvem a demarcação de terras indígenas no Brasil.

Os ministros debaterão o artigo 231 da Constituição Federal, que traz os direitos assegurados aos povos indígenas. Esse artigo se refere à demarcação das terras indígenas como originária, tradicional e imprescindível.

Nesse sentido, também será debatido pelo STF a decisão que trata do marco temporal da Constituição Federal de 1988. O julgamento teve início em maio deste ano e suspende um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que estabelece o chamado marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Esse parecer da AGU defende a tese do marco temporal, ou seja, de que os povos indígenas só teriam direito à demarcação de seus territórios nos casos que tiverem posse comprovada da área reivindicada em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Essa interpretação da Constituição é defendida por Bolsonaro – que prometeu em sua campanha que não demarcaria nem um centímetro de terra indígena – como também por alguns ministros do STF, como Gilmar Mendes.

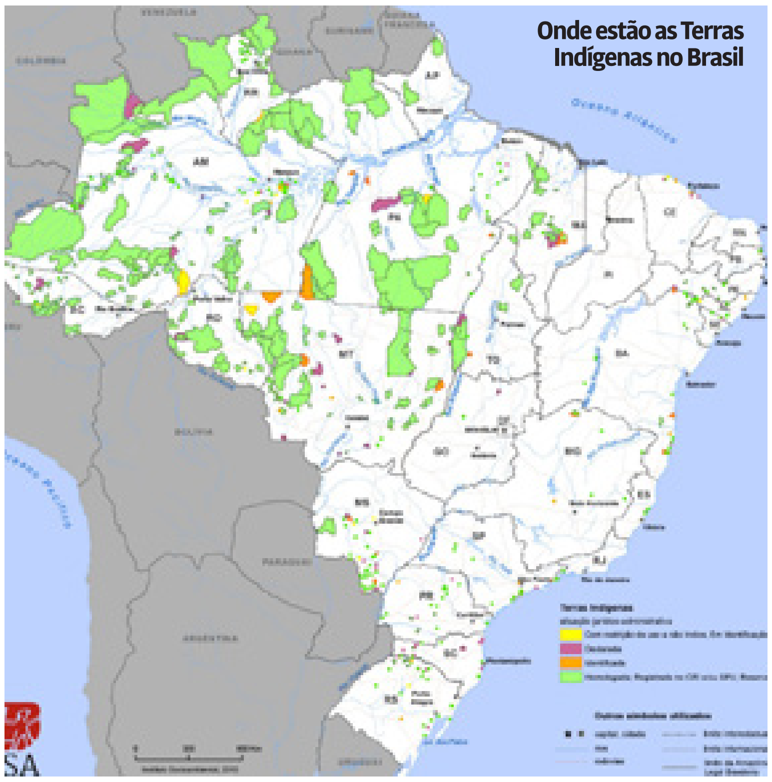
Se o STF aprovar a interpretação do marco temporal, isso representará o maior ataque aos direitos constitucionais indígenas da história recente. Vai legitimar as invasões, as expulsões e a violência que vitimam os povos indígenas. Todas as terras indígenas que foram demarcadas na última década e que tiveram estudos técnicos embasando a ligação dos povos originários com elas, todas essas demarcações seriam simplesmente anuladas. Tudo isso pelo simples fato de os povos indígenas não estarem na data exata da promulgação da Constituição em 1988.



Ora, quem conhece um pouco da história do Brasil sabe que a razão para isso é muito óbvia: os indígenas foram expulsos e impedidos de estar em suas terras nessa data. Impedidos por jagunços armados de latifundiários ou mesmo pelas "autoridades" do Estado brasileiro que simplesmente removeram os indígenas de terras cobiçadas pelos fazendeiros. É o caso, por exemplo, dos Guarani-Kaiowás do Mato Grosso do Sul, que foram removidos de suas terras pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da Funai.

ROUBAR TERRAS INDÍGENAS

Uma política genocida do agronegócio



Por que essa tese absurda ganha a cena política atual? Em primeiro lugar, o marco temporal surgiu na bancada ruralista no Congresso Nacional, mas não vingou. Por isso, foi para o STF. Os ruralistas são base de apoio do presidente Jair Bolsonaro e de sua política genocida em defesa do agronegócio.

Um dos argumentos de Bolsonaro e de sua corja é que no Brasil tem "muita terra para pouco índio" e que, portanto, a demarcação de terras indígenas seria um obstáculo ao desenvolvimento do país. O mais engraçado nesse argumento é que eles não questionam o fato de 60% das propriedades rurais no Brasil estarem nas mãos de menos dos 2,5% dos imóveis rurais cadastrados do Incra. Só no Mato Grosso do Sul, cerca de 17% dos imóveis rurais possuem 27 milhões de hectares, o equivalente a 80% de toda a área cadastrada do estado no Incra.

TERRAS INDÍGENAS FORAM CONQUISTADAS NA LUTA

Atualmente o Brasil tem 254 povos indígenas, falantes de cerca de 160 línguas. No total, são 700 mil pessoas vivendo em terras indígenas. Segundo o censo do IBGE de 2010, os povos indígenas somam 896.917 pessoas. A estimativa é que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos diferentes, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Daí tem-se alguma dimensão do alcance do genocídio contra esses povos.

Com muita mobilização, os indígenas conquistaram importantes direitos constitucionais que servem como resgate de dívida histórica, a obrigação constitucional de demarcação de terras indígenas (TI), a defesa da manutenção do modo de vida e proteção social.

PARA QUE SERVEM AS TIS

A maior parte das TIs no Brasil, mais de 98%, está na Amazônia Legal. Elas servem de obstáculos para a destruição ambiental. Sofrem sempre uma enorme uma pressão para a abertura de áreas para pecuária, exploração de madeira, minérios e monocultivos.

45% DOS INDÍGENAS VIVEM EM 1,6% DA TIS

Fora da Amazônia Legal, vivem aproximadamente 45% dos indígenas, em meio a confinamento, muita violência e miséria. Das 298 TIs fora da Amazônia Legal, 146 ainda não tiveram seu processo de reconhecimento finalizado. Essas terras representam somente 1,6% da área total de TIs no Brasil embora abriguem 45% da população indígena em terras indígenas.

Essa população luta pelas terras ancestrais, roubadas por grandes fazendeiros ou pela especulação do mercado de terras. Não por acaso, é nessas regiões que acontecem os grandes conflitos por terra.

É preciso lutar com afinco contra o marco temporal dos ruralistas e de Bolsonaro. A boiada não vai passar!

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/31U33HC

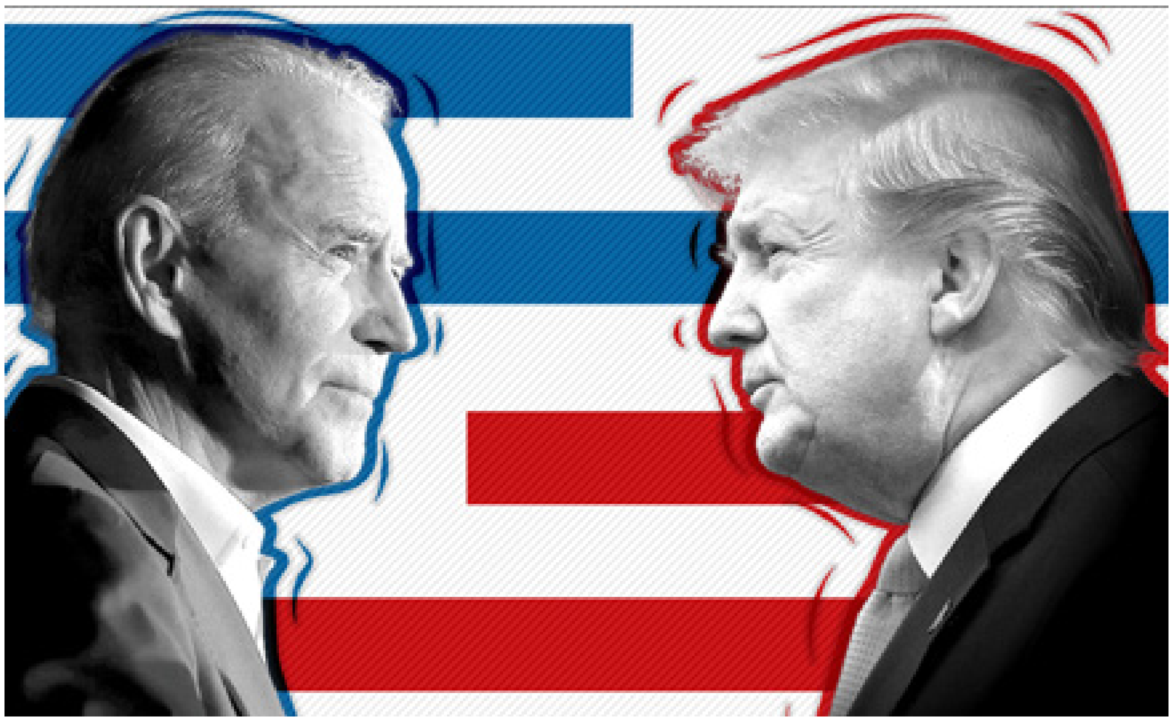
EUA

Lutamos contra Trump, mas não votamos em Biden

ALEJANDRO ITURBE,
DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (LIT-QI)

Inúmeras correntes da esquerda estadunidense, especialmente a chamada esquerda democrática encabeçada por Bernie Sanders, e outras convocam ao voto em Joe Biden, apresentando a eleição como uma luta em defesa da democracia contra a ameaça ultrarreacionária ou fascista que Trump representaria.

Não concordamos com essa posição nem com seus fundamentos. Acreditamos que ela leva os trabalhadores a cair novamente na armadilha burguesa representada pelo Partido Democrata. Apoiar o candidato neoliberal do Partido Democrata (PD) não impedirá a ascensão da extrema direita.



O "SONHO AMERICANO" ESTÁ MORTO

O "sonho americano" era a ideologia de que os Estados Unidos eram a "terra das mil oportunidades". Qualquer que fosse a origem social de uma pessoa ou de uma família, com muito trabalho e certa habilidade, poderia ter sucesso e ascender socialmente. Mas esse sonho está morto hoje e, para milhões de estadunidenses, tornou-se um pesadelo. Isso se evidencia na combinação de quatro crises que atingiram os trabalhadores.

A primeira é a crise de saúde com a pandemia. Apesar de ser o país mais rico do mundo, os EUA são o líder mundial de infecções e mortes. Isso foi agravado pela política criminosa de Trump, que expôs a fragilidade do sistema público de saúde. Os trabalhadores e os setores oprimidos foram os mais afetados pela pandemia. Agora, o governo impõe o "novo normal" para retomar os níveis usuais de exploração. Biden não oferece nenhuma saída para essa crise, pois é contra o plano de saúde universal (Medicare para todos).

A segunda crise é econômica e social, que deixou dezenas de milhões de desempregados, um aumento brutal da pobreza, miséria e fome, com muitas famílias fazendo fila nas cozinhas comunitárias para ter um prato de comida. O plano de Biden tem apenas vagas promessas de grandes investimentos públicos para renovar a infraestrutura decadente do país e avançar em direção a uma economia verde. Não garante o direito ao emprego ou a uma renda fixa nem propõe a proibição de demissões e despejos.

A terceira é a crise ecológica, com registro de grandes incêndios, furacões e tornados. Em 2020, só na Califórnia, estima-se que 800 mil hectares de florestas foram destruídos. Embora Biden reivindique a ciência, ele defendeu abertamente o fraturamento hidráulico (fracking) para obtenção de petróleo e gás e a continuação de uma política energética extrativista. A sua única solução para a crise ambiental é uma lenta transição para as energias renováveis a cargo das grandes empresas, e não uma mudança total do modelo de produção como exigem os especialistas.

A quarta é a crise provocada pela violência do Estado e seu caráter repressivo, principalmente a violência policial racista contra a população negra, que faz vítimas permanentes. É um reflexo extremo do racismo institucionalizado na sociedade e no Estado. Os dois partidos coincidem em ignorar as demandas básicas da onda histórica de mobilizações que convulsionou o país. Enquanto as ruas exigem menos recursos públicos para a polícia e mais para educação e serviços sociais, Biden diz que vão aumentar salários e contratar mais policiais. Os dois candidatos aspiram a ser candidatos da "lei e da ordem".

UMA CRISE DO REGIME POLÍTICO

Todo esse quadro gerou uma resposta crescente do movimento de massa, como as rebeliões antirracistas Mobilizações que se espalharam pelo país e nas quais houve fortes confrontos com as forças repressivas. O impacto foi tão grande que consideramos que geraram uma crise no regime político e abriram uma nova situação no país. Não são os únicos processos de luta: desde o início da pandemia, há conflitos e greves, como nos setores de educação, serviços e comércio.

Nesse contexto, as eleições representam uma tentativa da burguesia estadunidense de encerrar as lutas e fortalecer o regime. Para realizar essa tarefa, existem duas propostas diferentes.

Trump propõe fazê-lo por meio da "lei e da ordem", da repressão institucional e da defesa de policiais. Seu governo é ultrarreacionário ataca os trabalhadores de forma dura, mas não é fascista nem tem plano de ser.

Isso implicaria uma mudança qualitativa no regime democrático-burguês dos EUA. Mas nem os setores centrais da burguesia nem a cúpula das Forças Armadas são a favor de uma mudança dessa magnitude. A prova objetiva e indiscutível de que Trump não tem condições ou apoio suficiente para mudar o regime é a ruptura pública encenada pelo Departamento de Defesa em junho, um dia depois de Trump declarar a possibilidade de mobilizar o exército para reprimir os protestos. Os altos comandantes militares obrigaram o secretário de Defesa, Mark Esper, a sair publicamente no dia seguinte para garantir o contrário e não participaram de nenhuma operação de repressão.

Em todo caso, se Trump fosse realmente fascista ele só poderia ser derrotado nas ruas, com a organização e a luta dos trabalhadores e sua legítima defesa. O fascismo nunca foi derrotado por eleições burguesas.

AMEAÇAS AO DIREITO DE VOTO

Isso não significa que se deva subestimar a ação e as atividades de milícias e grupos fascistas brancos que atacam abertamente protestos e militantes de esquerda. É uma realidade preocupante. Esses grupos não devem apenas ser denunciados: devem ser combatidos essencialmente com a autodefesa das lutas, mobilizações e greves.

Também não subestimamos a ameaça desses grupos de ir aos locais de votação para "verificar se há fraude". Em outras palavras, para intimidar os eleitores. Defendemos as mobilizações para garantir o direito de voto em unidade de ação com os democratas e a esquerda reformista.

Além disso, dado o grande número de eleitores por correspondência nessas eleições, a contagem final dos votos e a definição da composição do colégio eleitoral levarão dias. Nesse período de "terra de ninguém" é bem possível que haja mobilizações em apoio a Trump e também daqueles que querem removê-lo. É preciso participar dessas mobilizações, em unidade de ação, caso Trump e seus partidários tentem ignorar uma vitória eleitoral de Biden.

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/34GTQNF

LEIA MAIS

USE O QR CODE AO LADO E LEIA O ARTIGO COMPLETO

BASTA!

Caso Robinho expõe cultura do estupro e machismo

MARIA VICTÓRIA,
DA SECRETARIA DE MULHERES DO PSTU

Condenado desde 2017 pela justiça italiana pelo envolvimento num caso de estupro coletivo, o jogador Robinho viu, no dia 16 de outubro, seu projeto de retornar ao Santos frustrado após os detalhes do caso virem a público. A divulgação da transcrição de áudios obtidos pela polícia durante a investigação deixa poucas margens para dúvida quanto à sua participação no crime, cometido numa boate em Milão, em 2013, contra uma jovem imigrante.

Robinho alega ser vítima de perseguição da imprensa. Culpou a vítima e insinuou que ela estava usando o caso para ganhar dinheiro à sua custa. Vale dizer que o apoio a Robinho pelos setores reacionários está por trás do vazamento dos dados pessoais (telefones e endereços) de vários jornalistas que, desde então, estão sendo assediados e têm recebido ameaças de agressão e morte.

Depois de inúmeros protestos na internet e comoção no meio esportivo, a diretoria do Santos, até então indiferente ao caso, suspendeu a contratação quando grandes patrocinadores ameaçaram romper contratos, temendo um rechaço às suas marcas. É lamentável que um clube como o Santos, conhecido por fazer campanha pelo fim da violência contra a mulher, precise ser ameaçado para recuar da contratação de um jogador condenado por estupro, reforçando assim o machismo e naturalizando a violência contra mulheres.



Os crimes de estupro são cometidos pelo estuprador, mas são incentivados e perdoados pela ideologia machista que naturaliza a violência e banaliza os estupros. Por isso, além de exigir punição, precisamos combater também o machismo e a cultura do estupro. No caso de Robinho, cujo recurso à decisão em primeira instância deverá ser examinado no dia 10 de dezembro, defendemos que a sentença seja mantida e o jogador punido de forma rigorosa pelo crime que cometeu. Não podemos aceitar que mais mulheres sejam violentadas e agredidas e que seus agressores saiam impunes.

Não à violência e aos estupros! Basta de machismo no futebol! Que Robinho pague pelo crime que cometeu!

ENFRENTAR O MACHISMO

O que a cultura do estupro e como combatê-la



O caso Robinho expõe a cultura do estupro arraigada na sociedade. A cultura do estupro toma forma quando o consentimento da mulher (aceitar ou não uma relação sexual) é substituído por sua conduta. Isso aparece de diversas formas. As mais comuns são quando a vítima é culpabilizada porque usava determinadas roupas, porque estava bêbada, porque estava em tal lugar em tal hora ou por causa da sua "reputação". Nada disso é justificativa para o estupro. Nem mesmo faz do estupro algo menos grave.

Nesse caso, o jogador chega a dizer, em uma das conversas grampeadas pela polícia italiana: "não estou nem aí, a mulher estava completamente bêbada, não sabe nem o que aconteceu." Ele se isenta da responsabilidade pelo crime cometido porque a vítima estava inconsciente. Com essa mesma justificativa, não foram poucos que defenderam sua inocência. Porém nenhuma mulher perde o direito ao seu corpo porque está com roupas curtas, porque está sob efeito de álcool ou qualquer outra droga, porque foi a uma festa ou por seus antecedentes. Não é não em qualquer uma dessas situações. E uma pessoa que não está em condições de dizer sim ou não, como o próprio Robinho admite, nunca está consentindo.

As mulheres trabalhadoras, pobres, negras e jovens são as principais vítimas da violência e da cultura do estupro. Sabemos que a conivência da justiça burguesa faz com que a cultura do estupro acoberte especialmente os agressores ricos. Por isso o combate ao machismo e a luta por uma cultura antiestupro são tão importantes e necessários e devem ser travados pelos revolucionários na classe trabalhadora. Esse combate precisa ser quotidiano e em todos os espaços, pois não podemos esperar que a cultura do estupro acabe de forma espontânea. Do contrário, a tendência é que o problema piore, pois a cultura do estupro é reproduzida pelas instituições burguesas e pela ideologia dominante.

Defendemos punição rigorosa aos agressores, bem como políticas de combate ao machismo e à violência. Contudo não podemos iludir-nos acreditando que a justiça, que fecha os olhos para os crimes dos ricos, e os governos de plantão a serviço dos exploradores farão algo para mudar essa realidade, especialmente o governo Bolsonaro e Mourão, machistas e cúmplices da violência contra a mulher. Deve ser a classe trabalhadora a tomar para si essa tarefa como parte da luta para derrotar o sistema capitalista e construir uma sociedade socialista. Basta de cultura do estupro! Basta de barbárie machista e capitalista!

FOME

Capitalismo mata mais de fome e COVID-19

Aprofundamento da crise causada pela pandemia pode gerar mais 1 bilhão de famintos no mundo


LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/34H5WA4

DA REDAÇÃO

Nunca se produziu tanto no mundo e nunca tantas pessoas morreram de fome. Essa é a principal e mais bárbara contradição do capitalismo. Segundo a FAO-ONU (Organização de Alimentos e Agricultura na sigla em inglês), 821 milhões de pessoas passavam fome em todo o planeta antes mesmo da pandemia e de seus efeitos, principalmente sobre os mais pobres.

Nesse contexto, estima-se que 56 milhões morrem de fome todos os anos por desnutrição. Mais de 150 mil por dia. Se por um lado a humanidade sempre conviveu com a fome, é no capitalismo que, pela primeira vez, a produção de alimentos superou em muito as necessidades de alimentação de toda a população. Mesmo assim a fome aumenta. A produção mundial de alimentos foi, em 2019, equivalente a 2.770 calorias, sendo que as necessidades diárias de um adulto saudável é de 2.000. A produção de alimentos só cresce a cada ano, numa proporção muito maior à da população.

Só os efeitos da pandemia vão aumentar o número de pessoas famintas em 270 milhões segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA), matando até 12.200 pessoas por dia. Com isso, o número de famintos vai ultrapassar 1 bilhão de pessoas no mundo.

TRANSNACIONAIS CONTROLAM PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Isso ocorre porque 90% do mercado mundial de alimentos é controlado por 50 grandes empresas, desde a comercialização de produtos agrícolas e da industrialização realizada por grandes empresas como Nestlé, Pepsico e Coca-Cola até chegar nas grandes cadeias de supermercados, como Wal-Mart e Carrefour.

O domínio do mercado por grandes multinacionais leva a uma enorme concentração das terras, com a expulsão e a exploração dos camponeses. As terras que antes eram cultivadas para o próprio consumo ou da comunidade agora passam a funcionar para abastecer o mercado internacional, que determina os preços desses produtos. O jogo diário da bolsa de valores e a especulação, por sua vez, elevam de forma artificial os preços, como estamos vendo agora no Brasil com produtos da cesta básica, como o arroz, aprofundando ainda mais esse processo.

Ações assistencialistas, como o PAM, filiado à ONU e criado em 1962, que se cogita premiar com o Nobel da Paz, mostram-se completamente incapazes de aplacar a fome no mundo. Ao contrário, é uma ação de enxugar gelo. Em 2019, por exemplo, o programa afirma ter ajudado 86,7 milhões de pessoas, mas anualmente o número de famintos cresce entre 100 e 200 milhões.

FORTUNA DE BILIONÁRIOS CRESCE

Ao mesmo tempo em que vemos o aumento dramático do flagelo da fome no Brasil e no mundo, pela primeira vez na história, a soma das riquezas dos bilionários no mundo superou a marca dos US$ 10 trilhões em julho. Essa fortuna está concentrada nas mãos de apenas 2.189 bilionários, e seu crescimento foi puxado pelos setores da indústria, da tecnologia e da saúde. A fortuna concentrada nas mãos dos bilionários seria suficiente para erradicar a fome no mundo.

VEJA

O FLAGELO DA FOME

821 MILHÕES
de pessoas passam fome no mundo

150 MIL
morrem todos os dias por desnutrição

270 MILHÕES
é o número de pessoas que devem passar fome por conta da pandemia

Fonte FAO-ONU

SEMICOLÔNIA

Problema no Brasil é estrutural

O Brasil sempre exerceu uma posição subordinada ao imperialismo. De colônia de Portugal a semicolônia do imperialismo inglês e posteriormente dos Estados Unidos, o país teve sua economia voltada aos interesses de fora. O grande latifúndio com produção para exportação é, assim, marca do Brasil desde o seu surgimento.

Os 380 anos de escravidão e a formação de uma burguesia capacho e especialmente cruel explicam a pobreza e a miséria estruturais que, em nosso caso, é inseparável do racismo. Desde sempre a mão de obra no país foi superexplorada e massacrada para atender os interesses do imperialismo. Primeiro como mão de obra escrava e, já no século 20, com a formação de um mercado de trabalho assalariado que sempre foi, em sua grande maioria, informal.

Essa condição torna o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, terminando a década como a 9ª maior economia do planeta, mas convivendo com a pobreza extrema e a fome. Um país com 50 bilionários com uma fortuna de mais de R$ 880 bilhões, mais de duas vezes e meia o custo do auxílio emergencial para 67 milhões de brasileiros este ano. No dia 19 de outubro, o jornal Folha de S.Paulo revelou o misterioso caso de uma única família, provavelmente de banqueiros, que mandou para fora nada menos que R$ 50 bilhões. Sem pagar um centavo de imposto.



Essa condição de país semicolonial é aprofundada pelo projeto de entrega do governo Bolsonaro, Guedes e Maia. O plano é vender o país a Trump e aprofundar nossa dependência em commodities para exportação.

NO BRASIL

Política genocida de Bolsonaro aprofunda a fome



As cenas se repetem nos grandes centros urbanos. Cada vez mais pessoas esperam por um prato de comida distribuído por igrejas e entidades assistencialistas em filas que dobram as esquinas. A crise agravada pela pandemia vem expondo a volta da fome no país.

Um levantamento divulgado pelo IBGE mostra que mais de 10 milhões de pessoas passavam fome no Brasil entre 2017 e 2018, ano em que mais de 84 milhões enfrentaram algum tipo de restrição alimentar, flagelo que atinge principalmente as crianças. Para se ter uma ideia da barbárie, pelo menos metade das crianças menores de cinco anos sofrem com a fome em algum grau.

Como a pesquisa não inclui a população em situação de rua, esse número deve ser bem maior. É o resultado da crise econômica, da reforma trabalhista, do desemprego e do desmonte direto de políticas públicas de combate à fome. Situação que o projeto de semiescravidão de Bolsonaro, compartilhado pelo Congresso Nacional, com Rodrigo Maia (DEM-RJ) à frente, mas também pelos governadores como João Doria (PSDB) e pela grande maioria dos prefeitos, vai aprofundar.

CRISE E PANDEMIA SE SOBREPÕEM

Não há dados recentes que registrem o impacto da pandemia no aumento da fome, mas especialistas como ex-diretor da FAO, José Graziano da Silva, estimam que o número de brasileiros passando fome em 2020 supere os 15 milhões. Estimativa do Banco Mundial dá conta que a pobreza extrema atingirá 14,7 milhões de pessoas no país até o final deste ano.

Os efeitos da pandemia se somaram à da crise econômica, e parte da classe trabalhadora, principalmente o setor mais precarizado, está simplesmente sendo jogada na indigência. Produto do avanço do desemprego com a restrição da economia, o tombo na renda e a alta dos alimentos.

O corte do auxílio-moradia já fez saltar o desemprego no país. O seu fim definitivo vai jogar mais 15 milhões de trabalhadores de volta nas ruas que, sem encontrar emprego, vão fazer saltar a taxa de desemprego aberto dos atuais 14% para 25%.

Esse é o reflexo de como o governo, banqueiros e grandes empresários empurram os efeitos da crise sobre a classe trabalhadora e a maioria da população e do próprio modo de funcionamento do capitalismo. Numa sociedade em que toda a economia é direcionada ao lucro de poucos, milhões de empregos podem ser extintos se não servem mais aos seus interesses. Até mesmo algo tão básico como a comida só tem valor enquanto mercadoria para produzir lucro a meia dúzia de grandes multinacionais e investidores.

BRASIL

O AVANÇO DA FOME

10,3 MILHÕES
de brasileiros passavam fome entre 2017 e 2018

6,5 MILHÕES
de crianças até 5 anos sofreram com a fome

3 MILHÕES
a mais de pessoas passaram a sofrer com a fome em apenas cinco anos

(Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE)

O AGRO NÃO É POP

Agronegócio não produz comida, mas mercadoria para grandes multinacionais

Em seu discurso na ONU, Bolsonaro elogiou o agronegócio brasileiro que, segundo ele, foi responsável por alimentar "1 bilhão no mundo". A ideia de que o agronegócio produz alimentos para o povo é um mito criado nos últimos anos para justificar a grande concentração de terras e tudo o que isso traz: massacre de camponeses, indígenas e quilombolas, além das queimadas no Pantanal e a destruição da Amazônia. E os bilhões em subsídios.



A realidade é que o agronegócio não produz comida, mas commodities, matéria-prima cotada no mercado internacional e negociada na bolsa. Apenas quatro grandes empresas monopolizam o comércio exterior de commodities, as chamadas ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), além da China. É a favor disso que está o agronegócio. O resultado final não vai chegar no prato de ninguém.

O produto mais exportado pelo Brasil, por exemplo, a soja, vai virar principalmente ração para gado ou suínos na China. Mesmo a carne bovina, produto que o país é líder, transforma-se em alimentos ultraprocessados por grandes multinacionais. O que é de fato comida, como o arroz, cada vez mais exportado, é vendido aqui de acordo com a cotação no mercado internacional, em dólar, e chega às prateleiras por até R$ 40.

A agricultura familiar camponesa é quem produz parte significativa da comida do brasileiro. Alguns contestam o índice de 70%, mas fato é que, por exemplo, a maior parte do feijão consumido aqui vem da agricultura familiar, e também a quase totalidade da mandioca e cerca de 60% do leite. Outro fato: é a agricultura familiar que emprega 70% da força de trabalho no campo. Apesar disso e de constituir 77% das propriedades agrícolas, ocupa só 23% das áreas de cultivo.

O mito do bom latifundiário serve para justificar a exploração da pequena agricultura familiar e o massacre dos camponeses, indígenas e quilombolas. Não à toa, 40% da população rural convive com a fome.

PROGRAMA EMERGENCIAL

Tirar dos capitalistas para garantir renda, emprego e acabar com a fome

Diante da catástrofe social que vivemos, é preciso um programa emergencial para já. Mas sem uma política estrutural que atenda às necessidades da classe trabalhadora e do povo pobre, a fome nunca vai acabar. Já vimos que programas de renda como o Bolsa Família não resolvem o problema. Precisamos de emprego, salário e renda digna para todos, e isso só é possível atacando os lucros dos capitalistas.

EMPREGOS, SALÁRIOS E RENDA

Manutenção do auxílio emergencial de R$ 600

O fim do auxílio vai jogar mais de 40 milhões na miséria, aumentar o número de desempregados e a precarização. É preciso reverter o corte do auxílio, e manter os R$ 600 enquanto durar a pandemia e a crise econômica e social.

Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

São mais de 14 milhões de desempregados e 40 milhões de informais. Aproveitando a pandemia, as grandes empresas cortam salários e direitos e demitem em massa para aumentar seus lucros. Reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários daria para aumentar o número de vagas, garantindo trabalho a todos.

Plano de obras públicas para garantir empregos

Um programa de obras públicas, tocado pelos três níveis de governo, poderia não só absorver grande parte da mão de obra desempregada, mas também atacar problemas estruturais, como a falta de moradia, e atuar em áreas como saúde e educação.

Restaurantes populares para garantir alimentação

Restaurantes populares, com alimentação subsidiada e apoiada na produção da pequena propriedade é uma medida emergencial para atacar esse problema.

Apoio e crédito ao pequeno empresário e ao autônomo

Nesta crise, mais de 600 mil pequenos negócios fecharam as portas. É preciso garantir apoio e crédito ao pequeno empresário, com o governo assumindo a folha de salários das empresas com até 20 funcionários.

Apoio à agricultura familiar camponesa

A agricultura familiar é quem produz alimentos e gera empregos. É preciso, em vez de garantir bilhões ao agronegócio, apoiar esse setor fundamental para resolver a fome no país.

OS RICOS É QUE DEVEM PAGAR PELA CRISE

Expropriar o latifúndio e colocá-lo sob controle dos trabalhadores

É preciso colocar a produção de alimentos, que hoje está nas mãos de poucos produtores a serviço de grandes multinacionais, nas mãos dos trabalhadores, estatizando o latifúndio e as multinacionais do setor sem indenização e com controle operário. Com isso será possível reduzir os preços.

Reforma agrária sem indenização e apoio à agricultura familiar e ao pequeno produtor

Confisco do latifúndio improdutivo e reforma agrária radical sem indenização. Crédito subsidiado e apoio técnico ao pequeno camponês, responsável por grande parte dos alimentos, como os hortifrutigranjeiros.

Estatização das grandes redes varejistas

A fim de garantir a distribuição dos produtos da cesta básica a todo o país sem a margem de lucro que hoje vai para as multinacionais.

Taxação das grandes fortunas e imposto fortemente progressivo

Taxar em 40% as grandes fortunas dos bilionários brasileiros, as remessas ao exterior e os lucros das grandes empresas e multinacionais, impondo um sistema de imposto progressivo em substituição ao sistema tributário que hoje recai sobre o consumo, ou seja, sobre os trabalhadores e a classe média.

NÃO À ENTREGA DO PAÍS

Não à privatização! Reestatização das empresas privatizadas

É preciso tomar de volta as empresas privatizadas, garantindo os empregos e colocando-as para suprir as necessidades da população – empresas como a Vale e a Embraer, esta uma das poucas de alta tecnologia e que o governo quer entregar aos EUA. Já a Petrobras precisa ser controlada pelos trabalhadores, garantindo combustível a preço de custo para a população. Da mesma forma, é preciso parar o processo de entrega dos Correios às multinacionais.

Estatização do sistema financeiro, por um banco estatal único sob controle dos trabalhadores

O sistema financeiro deveria funcionar para atender aos interesses dos trabalhadores e do povo pobre, garantindo crédito sem juros ao povo pobre, ao pequeno empresário, à agricultura familiar etc.

SOCIALISMO

A classe trabalhadora deve governar em conselhos populares

Enquanto formos dominados por este Estado capitalista que serve apenas aos interesses dos ricos e das multinacionais, a fome, o desemprego e as mazelas sociais continuarão. É preciso destruir este Estado e construir um nosso, um governo socialista dos trabalhadores que funcione por meio de conselhos populares, com a classe trabalhadora e o povo pobre organizados nos locais de trabalho, na periferia etc.

ELEIÇÕES

Voto no 16 é fortalecer esse programa

Nestas eleições, a campanha do PSTU está a serviço da luta da classe trabalhadora e do povo pobre, defendendo uma saída socialista e operária à crise. Cada voto no 16 nestas eleições é um ponto de apoio a essa luta.

ELEIÇÕES 2020

A campanha do PSTU em defesa de uma alternativa revolucionária e Socialista

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

A menos de um mês das eleições municipais, que têm como pano de fundo a maior crise econômica mundial da história, pandemia, desemprego recorde, rebaixamento de salários, carestia e um parco auxílio emergencial votado pelo Congresso, programado para acabar em dezembro, não há empolgação.

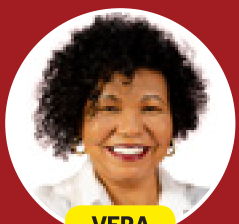
Contraditoriamente, em que pese a enorme polarização econômica e social, há grande fragmentação política. Os bolsonaristas, que estão de braços dados com o centrão em Brasília, diluíram-se. O PSDB, que era parte do bipartidarismo informal que vigorou até 2014, segue à deriva.

Já os setores que se apresentam no campo da colaboração de classes – como PT, PSOL e PCdoB (ou mesmo partidos diretamente burgueses, como PSB e Rede) – também saíram divididos e apresentam um programa parecido, de colaboração de classes e de administração do capitalismo, governando Estados como governam os demais partidos. Apresentam projetos no marco do sistema e da colaboração com banqueiros e empresários. Basta dizer que o PT está coligado com o PSL em 145 cidades. O PSOL de Boulos (SP), com um programa bem parecido ao do PT, está coligado a partidos burgueses como PSDB, MDB, DEM e PSC em mais de dez cidades.

Diferente do PT, do PSOL e do PCdoB, o PSTU se apresenta nas eleições para defender uma alternativa de independência de classe, socialista e revolucionária, que ajude a classe trabalhadora a acumular forças nas lutas, a avançar a consciência e a organização da nossa classe, em defesa de seus interesses imediatos e estratégicos, ou seja: transformar essa sociedade!

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3MBWBKL

SÃO PAULO (SP)


VERA

Com um 1% nas pesquisas, sem tempo de TV, sendo a sétima colocada na disputa à prefeitura de São Paulo, a campanha da Vera tem se concentrado nas fábricas e na periferia. Uma campanha feita com os de baixo para enfrentar os bilionários de cima.

Como ela explicou em entrevista ao jornal O Globo, "aparecemos pouco porque não temos parlamentares e a cláusula de barreira dificulta, mas o PSTU está em tudo: nas ocupações, escolas, nas fábricas. Militamos onde estão os trabalhadores pobres e vivemos nestes lugares".

Esta é a síntese: uma campanha que vem sendo construída com muita força onde está o povo pobre e trabalhador, com militância voluntária e financiamento exclusivo dos trabalhadores.

Uma parte da campanha tem ocupado as redes sociais e vem sendo feita de maneira on-line por conta da pandemia. Outra parte é feita presencialmente junto com os candidatos a vereador nas regiões Centro, Leste, Sul, Norte e Oeste da capital paulista.

Professora Flávia – 16.300


PROFESSORA FLÁVIA

A campanha da Professora Flávia tem pautado a luta em defesa da educação pública de qualidade e das necessidades mais sentidas dos moradores da Brasilândia, bairro periférico da Zona Norte.

Lauro Fiaes – 16.123


LAURA FIAES

Operário do setor de alimentação, Lauro Fiaes realiza uma campanha centrada nas fábricas, em defesa dos empregos, da renda e da vida dos trabalhadores.

SÃO LUÍS (MA)

Na capital do Maranhão, a candidatura do Hertz a prefeito tem levado o programa socialista do PSTU aos bairros pobres e negros da cidade, a exemplo da Liberdade, o maior quilombo urbano da América Latina.


HERTZ DIAS

Hertz tem ocupado um grande espaço na imprensa, participado de entrevistas e debates. "Temos feito ecoar um programa de raça e classe, chamado os trabalhadores e o povo pobre a votar no PSTU e a ajudar na construção do partido, para que possamos de fato organizar uma alternativa socialista no Maranhão", diz Hertz.

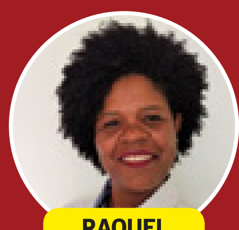

PRETA LU

Um dos bairros que a campanha também tem crescido e vem ganhando apoio é no João Paulo, local onde mora a Preta Lu, nossa candidata a vereadora com o número 16.000. "Estamos explicando nosso programa político em minha comunidade. Fazendo uma disputa de consciência na favela, contra aqueles políticos que só aparecem aqui no tempo das eleições para mentir e iludir o nosso povo", dispara Preta Lu.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Em São José dos Campos, o PSTU tem orgulho de apresentar uma mulher negra e socialista como candidata a prefeita, a trabalhadora dos Correios Raquel de Paula. A campanha já ganhou as ruas e os bairros da cidade, assim como está sendo construída nas fábricas e nos locais de trabalho.

No último dia 17, aconteceu uma grande carreata. Estão sendo realizadas caminhadas, e todos os dias a militância marca presença na praça Afonso Pena com uma banca de materiais do partido e da campanha.


RAQUEL

"Vemos um sentimento de apoio que cresce a cada dia. As pessoas sabem que como está não dá pra ficar, e que chegou a hora de uma transformação séria, verdadeira, contra esse sistema. E é justamente com essa proposta que apresentamos uma alternativa socialista. Chamamos os trabalhadores a fazer parte dessa mudança, a construir uma alternativa, construindo o partido com a gente", pontua Raquel de Paula.


TONINHO

Outro ponto que o partido tem chamado atenção na campanha é o privilégio dos políticos. Estamos colhendo assinaturas pela redução dos salários dos vereadores, do prefeito e dos secretários, como informa Toninho, candidato a vereador com o número 16.123.

"Um vereador aqui na nossa cidade ganha mais de 11 mil reais por mês. O prefeito, mais de 23 mil reais. E isso só de salários, sem contar mimos, verbas de gabinete, gasolina, e privilégios a perder de vista. Esse é um dos aspectos mais asquerosos da política no sistema capitalista. Os candidatos do PSTU são contra esses absurdos e queremos por um fim neles", ressalta Toninho.



RIO DE JANEIRO (RJ)



CYRO GARCIA

Cyro Garcia, o candidato do PSTU a prefeito do Rio de Janeiro, vem pontuando nas pesquisas e tem chamado os trabalhadores e o povo pobre a construir uma alternativa socialista de raça e classe.

A campanha do Cyro tem chamado a atenção da sociedade e da imprensa. Na última quarta-feira, Cyro realizou um debate no Instagram com o ator Pedro Cardoso sobre a importância de uma alternativa socialista e revolucionária. O bate-papo está disponível no Instagram: @cyrogarcia16.

"Estamos realizando uma campanha revolucionária, de raça e classe, que apresenta uma saída para a crise e que busca fortalecer as lutas da classe trabalhadora no Rio de Janeiro e em todo o país. Nas lutas se constroem experiências de organização da classe, mostrando o caminho para a única saída real para nossos problemas, a construção de outro tipo de sociedade, que não seja baseada no lucro e na exploração de uma classe por outra. Uma sociedade organizada a partir de conselhos populares criados nos bairros, comunidades e nos locais de trabalho", afirma Cyro Garcia.

A campanha vem ganhando as ruas e os locais de trabalho. Colada com a campanha dos candidatos a vereador, as propostas socialistas do PSTU estão sendo apresentadas junto aos trabalhadores da saúde, da educação, da Petrobras, dos operários nas fábricas e nos bairros periféricos do Rio de Janeiro.

BELO HORIZONTE (MG)

Na capital mineira, as candidaturas do PSTU vêm ganhando apoio de setores organizados da classe trabalhadora. Os trabalhadores da educação organizaram um manifesto que já passa de 500 assinaturas e agora está sendo estendido às outras categorias. Os trabalhadores da saúde também têm construído atividades de apoio à candidatura do Wanderson Rocha a prefeito e da Vanessa Portugal a vereadora – 16.123.



VANESSA

"Estamos fazendo reuniões com os apoiadores, discutindo nosso programa, envolvendo os trabalhadores na construção de uma alternativa socialista para Belo Horizonte", destaca Vanessa.

As atividades de rua têm se concentrado em três regiões: Barreiro, Venda Nova e Zona Leste, bairros periféricos de moradia dos operários e onde estão localizadas importantes ocupações populares.



WANDERSON

Esta semana, iniciam as panfletagens nas fábricas da Cidade Industrial. "Temos feito panfletagens nas ruas, feiras e praças dos bairros operários e nas ocupações populares, apresentando as propostas socialistas do PSTU, que respondem às necessidades mais sentidas pela classe trabalhadora e o povo pobre de nossa cidade", destaca Wanderson.

SÃO JOÃO DEL REI (MG)



JANAINE

Na cidade mineira de São João del Rei, a campanha do PSTU vem ganhando apoio da população e dos trabalhadores. "Somos a única candidatura que busca um diálogo direto com os operários, com grande peso na educação, setor têxtil, metalurgia e nos rodoviários", diz Janaine Carvalho Ferreira, professora e candidata do PSTU a prefeita.

O partido apresenta um programa em defesa da classe trabalhadora e contra os privilégios dos ricos. "Estamos levando esse debate para os locais nos locais de trabalho e para os bairros. Temos recebido grande apoio", destaca Janaine.

Jordano Metalúrgico – 16.123



JORDANO

A campanha do Jordano Metalúrgico a vereador também vem ganhando apoio nas fábricas e nos bairros. Todos os dias, a militância do partido e apoiadores estão nos locais de trabalho fazendo campanha, apresentando o programa socialista do PSTU.

"Estamos apresentando um programa construído com os trabalhadores. São João Del Rei precisa um projeto socialista. O PSTU é a alternativa dos trabalhadores, que tem enfrentado as outras candidaturas que representam os projetos dos ricos", afirma Jordano.

ELEIÇÕES

O voto nos socialistas revolucionários importa, e muito!

BERNARDO CERDEIRA,
DE SÃO PAULO (SP)

Em todas as eleições, e muitas vezes fora dos períodos eleitorais, muitos entre os próprios apoiadores do PSTU nos assinalam o que seria uma aparente contradição do nosso partido. A contradição seria entre o que o PSTU diz e a sua participação nas eleições.

O PSTU afirma que só a revolução socialista é capaz de libertar de verdade a classe trabalhadora e os setores populares da exploração e da opressão. Diz também que a democracia burguesa é uma ditadura disfarçada e que as eleições são um jogo de cartas marcadas no qual predomina o poder econômico e os trabalhadores se limitam a escolher, a cada quatro anos, aqueles que vão explorá-los e oprimi-los pelos próximos quatro anos.

Além disso, o PSTU denuncia a crescente crise e o descrédito da democracia burguesa em todo o mundo, em especial no Brasil. Denunciamos a corrupção desenfreada dos políticos que, não por acaso, atingiram atualmente o mais alto grau de desprestígio entre o povo.

Por consequência, defendemos que a preocupação e a atividade central do partido revolucionário deve ser a luta de classes e a organização da luta dos trabalhadores e não as eleições. Mas, perguntam esses companheiros, se o PSTU pensa assim, por que participa das eleições burguesas e lança candidatos em todas as eleições? Isso não é uma contradição?



LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/35FZXI9

MOTIVO

PSTU participa das eleições para defender a revolução socialista

Os partidos oportunistas de esquerda (PT, PCdoB e PSOL) participam das eleições, dizendo aos trabalhadores que a votação e a eleição de parlamentares, prefeitos e governadores dos seus partidos, quase sempre em aliança com a burguesia, permitem resolver as questões de fundo da classe trabalhadora e dos setores populares, ou seja, da luta de classes. Não por acaso, essa é a mesma concepção da democracia liberal burguesa de que pelo voto, pela eleição de parlamentares e governantes, dentro dos limites do sistema capitalista, é possível solucionar a desigualdade e as mazelas que afligem a classe trabalhadora e o povo pobre.

Lenin dizia, com muita exatidão, sobre a concepção desses partidos: "... limitar a luta das classes à luta dentro do parlamento ou considerar esta última como a forma superior e decisiva que subordina todas as outras formas de luta, significa passar de fato para o lado da burguesia contra o proletariado." Nossa concepção é oposta a essa. A III Internacional já dizia sobre o parlamento na época do imperialismo, ou seja, do capitalismo em decadência: "... nas condições atuais...o Parlamento se transformou em um instrumento de mentira, fraude, violências, destruição, de atos de ladroagem, obras do imperialismo..."

No Brasil, chovem evidências disso: a Câmara de Deputados e o Senado não se cansam de aprovar a cada dia as chamadas reformas, que não passam de leis reacionárias a favor da burguesia e contra os trabalhadores e o povo pobre: reforma da Previdência, reforma trabalhista, reforma administrativa, lei das terceirizações etc.

No entanto, a contradição está na situação da classe trabalhadora e em sua consciência e não no PSTU. Apesar da sua desconfiança ou mesmo de seu repúdio às instituições políticas da burguesia, a maioria dos trabalhadores e dos setores mais empobrecidos não vê outra saída que não seja por dentro do sistema capitalista e do regime político da democracia burguesa.

Boa parte tem ilusões na possibilidade de progredir tornando-se "empreendedor"; outro setor é guiado por seus líderes religiosos a votar em candidatos burgueses; outros acreditam na possibilidade de que partidos progressistas ou de esquerda consigam aprovar reformas em benefício dos trabalhadores. Todos, por diferentes motivos, acabam caindo na necessidade de participar dos processos eleitorais por mais que repudiem os políticos e desconfiem das instituições de governo.



O partido revolucionário não pode ignorar essas ilusões e esses preconceitos dos trabalhadores. Ao contrário, temos de aproveitar todas as possibilidades de participar da ação política na sociedade burguesa para desmascarar o sistema capitalista, o regime político da burguesia, os seus defensores oportunistas no interior do movimento operário e defender o programa socialista revolucionário. E as eleições são um momento privilegiado para divulgar nosso programa. Lenin destacava exatamente isso quando dizia: "(...) a participação nas eleições parlamentares e na luta através da tribuna parlamentar são obrigatórias para o partido do proletariado revolucionário, precisamente para educar os setores atrasados de sua classe, precisamente para despertar e instruir a massa aldeã inculta, oprimida e ignorante. Enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, precisamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões mais afastados do campo."

Contudo, ao contrário dos partidos da esquerda oportunista, o PSTU participa das eleições, em primeiro lugar, para denunciar o sistema capitalista que está levando o mundo à barbárie e, ao mesmo tempo, para denunciar essa democracia burguesa podre que procura unicamente paralisar a luta dos trabalhadores, desviá-la para o terreno do voto, enquanto aprova as mais perversas medidas para aumentar a exploração e a opressão da classe.

Participamos das eleições para explicar que só uma revolução socialista que leve a classe trabalhadora ao poder para governar por meio de conselhos populares pode solucionar os problemas que afligem os explorados e oprimidos de todo o mundo. Difundimos as medidas que atacariam o desemprego, a carestia, a fome, a submissão do país ao imperialismo e reverteriam as medidas contra os trabalhadores e o povo. Em resumo, participamos das eleições para difundir o programa socialista revolucionário, ligando-o às lutas dos trabalhadores e aproveitando as campanhas eleitorais para apoiá-las.

VOTO E LUTA DE CLASSES

Cada voto nos candidatos socialistas revolucionários é uma conquista

Ao mesmo tempo, vários companheiros levantam outra dúvida tão importante como a anterior. O PSTU, dizem eles, afirma que participa das eleições principalmente para divulgar o programa socialista revolucionário. Diz que seu objetivo central não é eleger candidatos a todo custo, ou seja, não está de acordo em rebaixar seu programa para conseguir eleger parlamentares.

Isso quer dizer, então, que para o PSTU o voto nos candidatos socialistas revolucionários não importa? O PSTU acha que é suficiente concordar com o programa, mas que o voto é secundário? Não faz diferença o voto dos eleitores em candidatos do PSTU? Na verdade, nós pensamos exatamente o contrário: o voto em candidatos socialistas revolucionários é de extrema importância. Todos os votos importam. Cada voto que conquistamos para os candidatos do PSTU é uma vitória por diferentes motivos.

Em primeiro lugar, aqueles companheiros que já votavam no PSTU e que reafirmam o voto, eleição após eleição, constituem de fato uma corrente a favor da revolução socialista que, embora pequena, representa o setor mais consciente e avançado da classe trabalhadora.

Novos eleitores do PSTU, que antes votavam em partidos burgueses, significam também uma enorme conquista, porque são a expressão de um avanço de sua consciência. Significam uma ruptura, mesmo que parcial, com a consciência burguesa e uma tendência a uma consciência de classe. Cada voto desses é uma vitória porque é um trabalhador que é arrancado da influência da burguesia e começa a dialogar com as ideias do socialismo.

Também aqueles que antes votavam em candidatos do PT, do PCdoB ou do PSOL ou de outros partidos oportunistas de esquerda e passam a dar seu voto ao PSTU significam um importante avanço para a consciência e a organização da classe trabalhadora, já que esses partidos representam a ideologia da burguesia no interior do movimento operário.



Vera, candidata a prefeitura de SP em 2020

Essa tomada de consciência ainda é parcial porque, num primeiro momento, expressa-se no voto e não na participação direta na luta de classes.Por isso, Lenin dizia que o voto é um indicativo da consciência de classe: “O sufrágio universal é o índice da maturidade da compreensão pelas diferentes classes das suas tarefas. Ele mostra de que maneira as diferentes classes estão inclinadas a resolver as suas tarefas. A própria solução dessas tarefas é dada não por uma votação, mas sim por todas as formas de luta de classes, incluindo a guerra civil.”

Por último, os votos também são importantes para eleger candidatos do PSTU onde for possível. É importante eleger socialistas revolucionários para as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas ou Câmara de Deputados. Esses representantes nas trincheiras dos inimigos, diferentes dos reformistas, como dizia Lenin, devem constituir-se em combatentes revolucionários contra o capitalismo e a ordem burguesa no interior dessas instituições, que denunciem todas as conspirações e falcatruas contra os trabalhadores e o povo que são geradas aí, e se coloquem como uma força auxiliar da luta da classe trabalhadora contra o capital.



mural

GRANA ENTRE AS NÁDEGAS

Flagrante em vice-líder do governo escancara corrupção no governo Bolsonaro

Flagrado pela Polícia Federal com dinheiro vivo dentro da cueca (R$ 33 mil segundo a polícia), o vice-líder do governo Bolsonaro no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR), era alvo de uma investigação sobre desvios de recursos públicos de emendas parlamentares destinadas ao combate à COVID-19. A grana que o senador escondeu no traseiro deveria ir para a Secretaria de Saúde de Roraima para o combate à pandemia. O total roubado da saúde pode chegar a R$ 20 milhões. O escândalo logo ganhou as redes sociais em inúmeros memes que humorizavam a situação pra lá de absurda.

Mas o caso também revela a ligação íntima da família Bolsonaro com os esquemas de corrupção que desviaram dinheiro da saúde. O senador flagrado pela polícia emprega em seu gabinete Léo Índio, primo dos filhos de Bolsonaro. Leo Índio é lotado no gabinete desde abril de 2019. Sobrinho de Rogéria Nantes, mãe dos três filhos políticos de Bolsonaro, Índio foi nomeado com salário bruto de R$ 14.802,41. Ele foi assessor de Flávio Bolsonaro e é muito próximo do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ).

Além disso, o caso ocorre uma semana depois de Bolsonaro ter anunciado o fim da Lava Jato. "Eu não quero acabar com a Lava Jato, eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo", declarou à imprensa. Isso num momento em que Bolsonaro já se via às voltas com as investigações do esquema de rachadinhas no gabinete de Flávio Bolsonaro; o inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal (STF); o laranjal do PSL já meio esquecido pela imprensa; sem falar nos funcionários fantasmas e em toda a intensa e promíscua relação com a milícia no Rio de Janeiro.



Falar que a corrupção não existe em seu governo é mais do que uma piada de mau gosto. Para governar, Bolsonaro se aproximou do centrão e de figuras como os ex-presidiários Roberto Jeferson (PTB) e Valdemar Costa Neto (PL), protagonistas do mensalão no governo Lula. Também deu uma trégua momentânea com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), e o Supremo Tribunal Federal (STF), ambos achincalhados pelo bolsonarismo há bem pouco tempo. Tudo para salvar seu mandato e safar os filhos da cadeia.

BLOQUEIO

Cartolas censuram jogadora de vôlei que protestou contra Bolsonaro

No último dia 13, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) condenou a jogadora de vôlei de praia Carol Solberg à pena de advertência por gritar "Fora Bolsonaro" após uma partida e a proibiu de se manifestar politicamente. A perseguição foi iniciada pela Confederação Brasileira de Voleibol, que divulgou uma nota de repúdio e prometeu tomar "todas as medidas cabíveis" contra a jogadora. O caso mostra que a hipocrisia e o governismo continuam a ditar as regras no mundo dos cartolas do esporte.

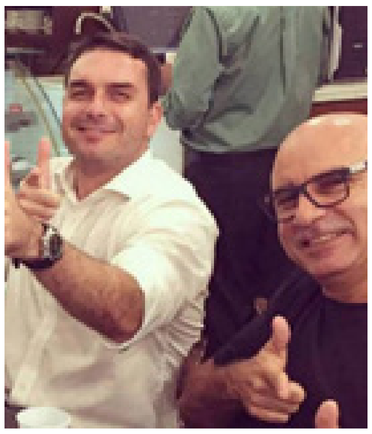


Enquanto Carol é perseguida e censurada pela cartolagem, muito diferente ocorreu num episódio anterior, quando os jogadores Wallace e Maurício Souza manifestaram apoio a Bolsonaro com a camisa da seleção. Às vésperas da eleição de 2018, a dupla fez o número 17 com os dedos após uma partida do Mundial. Na época, a CBV afirmou que "acredita na liberdade de expressão". Além disso, o STJD nunca julgou cartolas corruptos como Ricardo Teixeira e Carlos Arthur Nuzman. Afinal, são todos compadres no pequeno e sujo mundo da cartolagem.

Muitas vozes se levantaram a favor da atleta. O jornalista esportivo José Trajano disse: "Advertência é censura! E veto à manifestação política também é, claro." Completou afirmando que "Carol foi exemplar e corajosa no depoimento. Somos todos Carol!" Já o jornalista Juca Kfouri escreveu: "Carol Solberg não matou, não estuprou, não roubou, não cometeu nenhum ato racista ou homofóbico. Carol Solberg também não queimou mata alguma, não derrubou nenhuma árvore, não poluiu o mar, nem nenhum rio (...). A cidadã Carol Solberg apenas disse em alto e bom som 'Fora Bolsonaro!'".

AMIGOS DOS BOLSONARO

Mais da metade do Rio de Janeiro nas mãos de milicianos



A expansão do controle de grupos milicianos no Rio de Janeiro é assombrosa. Os grupos milicianos já controlam 57% do território da cidade. Enquanto isso, as três facções do tráfico têm, somadas, o domínio de 15%. Um a cada três moradores, ou 2,2 milhões de pessoas, vive em áreas controladas por milícias. Esses dados são do estudo Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, feito em parceria entre o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Disque-Denúncia e as plataformas Fogo Cruzado e Pista News.

As milícias são formadas por grupos de integrantes ou ex-integrantes das forças policiais e forças armadas. Têm profundas ramificações dentro do aparato do Estado e controlam bairros de forma ilegal, cobrando taxas extorsivas sobre os mercados de serviços essenciais como água, luz, gás, TV a cabo, transporte e segurança, além do mercado imobiliário. Realizam atividades como grilagem e construção de prédios em áreas irregulares. Foi o que ocorreu na Muzema, zona oeste da cidade, no ano passado, quando 24 pessoas morreram após uma dessas construções desabar.

Investigações mostram que a família Bolsonaro tem profundos vínculos com os milicianos. Parte do dinheiro do esquema de "rachadinha" do gabinete de Flávio foi repassado a esses grupos para financiar esses negócios imobiliários. Além disso, os Bolsonaro empregaram vários familiares de milicianos em seus gabinetes parlamentares.

BOLÍVIA

Vitória esmagadora contra o golpe

Preparar-se para enfrentar os planos de ajuste do novo governo

LUTA SOCIALISTA,
DE LA PAZ

As eleições nacionais de 18 de outubro na Bolívia, segundo dados de contagem rápida, dão a vitória aos candidatos do Movimento ao Socialismo (MAS), Luis Arce e David Choquehuanca, com cerca de 53% dos votos, triunfo que se confirma aos poucos com o andamento da contagem oficial, a ser concluída nos próximos dias. Sem dúvida, é uma derrota retumbante para a direita boliviana, que em novembro de 2019 conspirou para um golpe com o apoio da polícia e do exército.

O golpe teve como objetivo conter a reação popular contra as medidas de ajuste que já vinham sendo aplicadas pelo governo do MAS de Evo Morales. Foi uma forma de salvaguardar a burguesia mais reacionária, de dotar-se de um governo menos pressionado com o movimento de massas e impor um novo regime de mão pesada, que pudesse enfrentar com mais eficácia a redução das conquistas dos trabalhadores do campo e da cidade.

O movimento de massas, os trabalhadores, a juventude e o movimento camponês indígena enfrentaram bravamente o golpe e o novo regime repressivo que emergiu dele, tanto em novembro quanto ao longo destes 11 meses, em particular com os bloqueios realizados em agosto. Mas sua luta não se materializou na queda dos golpistas. Nisso tem responsabilidade o MAS e Evo Morales, que primeiro abandonaram a trincheira e depois contiveram a luta negociando com os golpistas, tanto na assembleia legislativa quanto por meio das lideranças burocráticas.

O resultado das eleições é a expressão da vontade das maiorias empobrecidas do país que desejam derrotar o golpe e o regime repressivo que se impôs. Regime este que pretendia prolongar-se com um governo apoiado pela direita reacionária e pelas oligarquias da região de Santa Cruz de La Sierra. Portanto, os 53% dos votos não são só a favor do MAS. São principalmente contra o regime de ataques que ocorreram durante estes 11 meses de governo da direita repressora.

O golpe de 2019 impôs um governo de transição que se caracterizou pela flagrante corrupção, perseguição a ativistas e lideranças sociais, além de impor uma política de genocídio contra



a população durante a pandemia de COVID-19, com a completa falta de proteção dos setores mais pobres da população.

Mais uma vez, a luta do movimento contra o golpe foi expressa de forma esmagadora nas eleições, manifestando a rejeição contra a direita e suas tentativas de impor um regime repressor. Nosso voto crítico no MAS teve o sentido de enfrentar a tentativa de impor um regime de repressão, mas em nenhum momento alimentamos expectativas no novo governo. Ao contrário, convocamos desde o início o enfrentamento aos ajustes futuros que serão colocados em prática contra os trabalhadores.

É importante que os trabalhadores tirem suas lições desse processo e façam de sua vitória uma organização independente para lutar contra os planos de ajuste que estão por vir. Não há dúvida de que o governo Arce e o MAS darão continuidade ao que Evo já vinha fazendo, aplicando os planos para proteger os lucros das transnacionais e dos grandes bancos, impondo a queda nas condições de vida dos setores empobrecidos. No entanto, agora eles enfrentarão um povo que derrotou o golpe de direita, mesmo apesar da hesitação do próprio MAS. É importante estar vigilante. O MAS vai querer usar a vitória eleitoral para apoiar seus planos de ajuste.



Por isso, as trabalhadoras e os trabalhadores, o movimento indígena camponês, a juventude e os setores empobrecidos devemos aprofundar a vitória contra o golpe nos preparando para enfrentar o novo governo de Arce e o MAS e os próximos planos de ajuste que serão obrigados a aplicar. Será fundamental sustentar a independência de classe, aprofundar a auto-organização e, como parte dela, a autodefesa, e levantar um programa operário e popular para enfrentar a crise capitalista.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3KNSDDY